



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
CONTROLADORIA

Resolução Tribunal de Contas nº 65/2019 – Anexo VIII - Item 3
Relatórios elaborados pelo Controle Interno

Ordem	Auditoria	Objeto
1	Inventário do Almoxarifado Central - Exercício 2018	Acompanhar a realização do inventário promovido pela GESUP/DIRIEST, em parceria com o Núcleo de Auditoria Contábil, Financeira e Patrimonial
2	Inventário do Almoxarifado (Ambulatório) - Exercício 2018	Acompanhar a realização do inventário do Ambulatório, em parceria com o Núcleo de Auditoria Operacional.
3	Analisar a Prestação de Contas do TJPE, no intuito de subsidiar o Pronunciamento do Responsável pelo Controle Interno do TJPE, em conformidade com Resolução do TCE PE	Certificar-se de que a Prestação de Contas do TJPE ao Tribunal de Contas de Pernambuco - TCE-PE encontra-se na forma completa exigida em Legislação, no intuito de subsidiar o Pronunciamento do responsável pelo Controle Interno.
4	Auditar o cálculo do percentual da Despesa de Pessoal levantado no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) para a devida assinatura do Chefe da Controladoria, acompanhando sua respectiva Publicação (Quadrimestral)	Certificar-se de que o cálculo do percentual da Despesa de Pessoal está em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
5	Auditar as Atividades de Teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco.	Verificar se as atividades desenvolvidas em regime de teletrabalho estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução do CNJ nº.227/2016; IN do TJPE nºs. 06/2016; 27/2017; 14/2018 e 21/2018.
6	Ação Coordenada (CNI) - Avaliação Contábil, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional	Auditoria compartilhada com o CNJ, com foco em adequação orçamentária e financeira; sistemática dos programas, projetos, atividades e sistemas governamentais; avaliação das metas do Plano Plurianual (PPA); e execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação de governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade.
7	Auditoria em Suprimento de Fundos	Verificar a adequação dos controles internos na concessão e prestação de contas de suprimentos individuais.
8	Auditoria na Transparência do TJPE	Acompanhamento permanente de implementações com vistas a melhorias nos processos de prestação de contas ao cidadão, de maneira a permitir um melhor controle social. Além disso, visa-se ao cumprimento das normas emitidas pelo TCE e CNJ a respeito da transparência das entidades jurisdicionadas, o que inclui o Ranking da Transparência do Poder Judiciário.
9	Auditoria nas Pesquisas de Preços que respaldam as contratações	Avaliar se as cotações de preços promovidas pela Gerência de Compras estão alinhadas com as orientações normativas, decisões dos Órgãos de Controle e as boas práticas adotadas pela Administração Pública.
10	Auditar o procedimento, registro e apropriação dos Créditos Inscritos em Dívida Ativa do TJPE	Verificar se o procedimento, registro e apropriação dos créditos inscritos em Dívida Ativa guardam conformidade com a legislação aplicável e com as boas práticas contábeis.
11	Auditoria no sistema SICAJUD	1. Verificar a aderência do SICAJUD às normas e leis de custas judiciais aplicáveis ao PJPE; 2. Analisar os controles relativos ao parcelamento e à concessão de descontos nas custas judiciais; 3. Verificar a possibilidade de evasão das custas judiciais, bem como impossibilidades de emissões de custas e cálculos de custas incorretos.
12	Auditoria no registro dos bens imóveis	Verificar o registro dos imóveis em posse/uso do TJPE, a convergência das informações constantes dos sistemas contábeis e patrimoniais, bem como averiguar a confiabilidade, tempestividade e compreensibilidade dessas informações.
13	Auditar os Atos de Admissão de Pessoal (Servidores e Magistrados) no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco	Avaliar o cumprimento dos requisitos constantes na Resolução TC nº 1, de 7 de fevereiro de 2015, relativos ao encaminhamento dos Atos de Admissão ao TCE-PE, para fins de registro.
14	Auditoria no Planejamento das Contratações e fase interna da licitação.	Avaliar os documentos utilizados para a formalização do planejamento das contratações, incluindo estudos técnicos preliminares, outros instrumentos de planejamento e termos de referência.
15	Auditar procedimentos de Desligamento de Pessoal do PJPE (Servidores e Magistrados), em decorrência de Aposentadorias, Exonerações e Falecimentos.	Avaliar se os procedimentos de desligamento do pessoal estão alinhados com a legislação vigente e colaborar para seu aprimoramento com a adoção de boas práticas vivenciadas pela Administração Pública.
16	Ação Coordenada (CNI) - Avaliação da Gestão Documental	Avaliar a criação, a manutenção, a utilização e os prazos de conservação dos documentos que são gerados, e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos judiciais, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.
17	Auditoria do Inventário do Almoxarifado Central - Exercício 2019 e análise da conformidade do Sistema de Materias.	Analisar os processos mais relevantes do Sistema de Materiais do Tribunal, com ênfase nos ajustes efetuados, bem como nos aspectos de fidedignidade e segurança das informações contidas no sistema. Também será feito acompanhamento na realização do inventário promovido pela GESUP/DIRIEST.
18	Fiscalização da Execução de obra de engenharia de acordo com a demanda dos empreendimentos	Certificar o cumprimento dos aspectos técnicos e legais da contratação da obra durante a sua execução
19	Auditoria nos aditamentos das obras de engenharia em andamento de acordo com a demanda	Certificar o cumprimento dos aspectos técnicos e legais nas celebrações dos termos aditivos das obras